

## **DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM CURSOS SUPERIORES DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**

Bianca de Sousa Teixeira Silva<sup>1</sup>, Paulo Henrique Araújo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Bolsista IFMG, graduanda do sexto período do Bacharelado em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG – *Campus* Bambuí): biancatbbt@gmail.

<sup>1</sup> Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisador e professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG – *Campus* Bambuí): paulo.araujo@ifmg.edu.br

### **RESUMO**

Neste artigo, analisa-se, por meio de questionários e de depoimentos, como os conceitos de discriminação de gênero e de divisão sexual do trabalho perpassam as experiências acadêmicas de alunas de cursos da área de Ciências Agrárias, especificamente dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia. Como palco em que este fenômeno social é encenado, elegeu-se o estudo e análise da atuação de mulheres em cursos superiores das áreas de Ciências Agrárias de um *campus* de Instituto Federal, localizado no estado de Minas Gerais, em uma fazenda-escola com atuação educacional desde 1956, quando iniciou os projetos com o Curso de Tratorista. Por meio desta investigação, pretende-se compreender as dinâmicas sociais de preconceito no ambiente acadêmico e em seu entorno, para que, a longo prazo, tais ocorrências possam ser melhor identificadas e prevenidas, oferecendo uma perspectiva de enfrentamento da violência simbólica sofrida pela mulher estudante. A discriminação de gênero e a divisão sexual do trabalho, quando observadas em contextos de prevalência das Ciências Agrárias, permanecem impactando negativamente a atuação de mulheres no campo. Entre as mulheres estudantes, 31,3% relatam ter sofrido discriminação de gênero durante o estágio curricular, 37,3% foram submetidas ao mesmo problema em atividades acadêmicas de graduação e 61,2% foram discriminadas em situações cotidianas de convívio no campus, seja por colegas de curso, seja por servidores públicos. Dentro da instituição, desde 1960 havia predomínio de matrículas masculinas no campus, sendo na última década, 53,6% dos alunos matriculados em cursos de Ciências Agrárias são homens, e que 46,4% são mulheres. Entretanto, a partir de 2018 com a inauguração do curso de Medicina Veterinária, as mulheres se destacaram como parte ingressante ao acesso à educação. Analisando o triênio 2018-2020, as alunas representam 73,6% do público matriculado do curso, enquanto que, no mesmo período, em Zootecnia, este número cai para 63,3% e, em Agronomia, para preocupantes 38,4%. A necessidade da mudança do atual cenário, em que fica evidenciado que há discriminação de gênero e divisão sexual do trabalho levanta questionamentos a cerca de como a instituição, mesmo com todos os fatos, ainda não promove políticas institucionais de educação para a diversidade, que deem conta da demanda de conhecimento sobre o tema, por parte dos servidores públicos e outros agentes envolvidos no processo educacional.

---

<sup>1</sup> Graduanda do sexto período do Bacharelado em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG – *Campus* Bambuí): biancatbbt@gmail.com

<sup>2</sup> Doutor em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG – *Campus* Bambuí): paulo.araujo@ifmg.edu.br

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Discriminação de gênero, Divisão sexual do trabalho, Ciências Agrárias.

## **INTRODUÇÃO:**

O feminismo é um movimento baseado em políticas públicas, filosóficas e sociais, que busca, de maneira prática, promover a igualdade de direitos entre mulheres e homens, de modo que sejam proporcionadas as mesmas oportunidades de emancipação para os sujeitos, independente do sexo biológico a que pertençam. Cada contexto social é alicerçado sob formas mais ou menos opressivas de hierarquização, que atuam sobre a diversidade de atividades humanas, incluindo-se entre elas o mundo do trabalho, de onde provém a capitalização de recursos financeiros que, pelo menos em tese, assegurariam o acesso a bens de consumo provedores de qualidade de vida.

Na Europa medieval, a introdução de uma economia monetária de base capitalista desestrutura a relação imediata entre trabalho e pão. Assim sendo, os direitos relativamente contemporâneos à vida política, à educação, ao divórcio e ao livre acesso ao mercado de trabalho, para fornecer apenas alguns exemplos, não podem ser encarados como pautas inerentes a uma condição originária de “mulheridade”, mas como um movimento de resistência às pressões instituídas sobre o contributo social de mulheres com o advento da economia capitalista, economia que não se sustenta, senão pela manutenção de desigualdades.

No mercado de trabalho brasileiro, sintomas de reação a essa ordem começaram após as greves de 1907 e 1917, que proporcionaram a conquista da regularização do trabalho feminino, a jornada de oito horas, a abolição de trabalho noturno para mulheres (pressupondo-se o reconhecimento de dupla jornada), a aprovação do salário igualitário pela Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho e a aceitação de mulheres no serviço público.

O que se destaca, a princípio, é um esforço de deslocamento epistemológico de um lugar teórico que, por muito tempo, menosprezou os saberes e práticas ancestrais femininas que, adaptadas à economia capitalista, subsistiram na modernidade, muito em função da luta feminista por igualdade. Não se trata de discutir um dado congênito ou inato, mas de acompanhar sua construção perspicaz no estrato social, estrategicamente pensado para alijar uma força de trabalho que se pretende controlada, cativa e sistematizada, para servir a ordem desigual e combinada do capital.

Dentro das ciências agrárias, a luta por direitos e reconhecimento também apresenta um contexto histórico que retroage à figura da mulher camponesa a qual, desde a Idade Média, trabalhava com o plantio e o domínio de técnicas botânicas, com a criação de animais e com o provento da economia doméstica. Recusa-se, portanto, o lugar comum do argumento biologizante que tenta, por exemplo, justificar uma opressão social em termos de maior ou menor capacidade física, como se aptidões profissionais fossem congenitamente adquiridas, ao invés de construídas socialmente.

O campus do presente artigo, fica localizado no estado de Minas Gerais, em uma fazenda-escola de aproximadamente 300 hectares e cerca de 40 mil metros quadrados de edificações. Em sua estrutura organizacional, convivem diariamente alunos matriculados em cursos de ensino médio, de graduação (tanto

bacharelados, quanto licenciaturas) e de pós graduação. Atualmente, conta com mais de 2 mil alunos e oferece cursos de graduação na área das ciências agrárias em Medicina Veterinária, Zootecnia e Agronomia. A instituição oferta práticas de ensino desde 1956.

Com o passar dos anos, a instituição apresentou um crescimento geral, em infraestrutura e qualidade do ensino. Entretanto, o acesso preponderante do público masculino aos cursos de Ciências Agrárias prevalece como herança incômoda da década de 1960. Na última década, 53,6% dos alunos matriculados em cursos de Ciências Agrárias são homens, e que 46,4% são mulheres.

A prevalência de alunos do sexo masculino no curso de Agronomia, por exemplo, além de direcionar o nosso olhar para a histórica discriminação de gênero do acesso ao ensino das Ciências Agrárias, atende a uma demanda local por profissionais especializados em manejo das monoculturas típicas da região. Necessariamente, este dado atravessará a discussão de gênero pelo viés econômico, se considerarmos que a instituição de ensino recebe mais homens do que mulheres, justamente no curso que, regionalmente, garantirá maior empregabilidade e rentabilidade ao profissional egresso. A configuração da agroindústria local absorverá esta mão de obra de maneira imediata.

Contrapondo a Agronomia, a presença de estudantes mulheres prevalece entre o público de cursos como Medicina Veterinária e Zootecnia, que demandam manejo animal, reforça o estereótipo maniqueísta de força *versus* delicadeza, que atravessa as Ciências Agrárias em diversos níveis.

Estabelecer o debate sobre discriminação de gênero no âmbito de cursos das Ciências Agrárias requer, por parte dos agentes envolvidos neste processo, o esforço de reconhecimento de um marco zero, cujo mascaramento atende à manutenção de privilégios instituídos a priori, qual seja: a constatação de que, nestas áreas, historicamente atravessadas pelo engessamento de papéis sociais masculinos e femininos, parte-se de um esvaziamento epistemológico que não é meramente inerente ao processo de construção do conhecimento, mas que foi estrategicamente engendrado, de modo que a dominação masculina jamais estivesse ameaçada.

Em outras palavras, os estudos de gênero não são aplicados enquanto políticas curriculares pelos respectivos projetos pedagógicos dos cursos superiores ora analisados. Este silenciamento atinge, de modo geral, as áreas que minimamente se afastam do escopo de atuação das Ciências Humanas, no entanto, encontra seu ápice em cursos de áreas como Ciências Exatas e Ciências Agrárias, em que se constata um projeto ardiloso enquanto método, ou seja, uma mecânica institucional produzida com o fim mesmo de manutenção da estrutura misógina de produção e de acesso ao conhecimento socialmente mais valorizado. Parafraseando o sociólogo Darcy Ribeiro, é possível afirmar que a crise de acesso à educação para a diversidade, neste caso, “não é uma crise; é um projeto.”

O conceito de divisão sexual do trabalho surge, a princípio, no âmbito do movimento feminista francês da década de 1970, interessado em questionar a deslegitimação do trabalho doméstico exercido por mulheres. Em sua origem, portanto, o termo abala a estrutura tradicional por excelência, onde relações desiguais de gênero prevaleciam e eram, paradoxalmente, ignoradas: a família.

No que se refere à trabalhadora rural, os conceitos de casa e trabalho não são definidos *a priori*, seja porque com frequência tratam-se de ambientes que se sobrepõem geograficamente, seja porque a atuação de mulheres neste setor não entra no cômputo das relações mercantis, haja vista que uma amálgama tendenciosa entre doméstico e profissional contribuirá para alijá-la do direito à remuneração.

Para parte das mulheres do campo, ainda não enredadas por uma lógica de submissão e “destino”, uma das alternativas ao acesso à remuneração e consequente superação da lógica de dependência econômica é o reconhecimento formal da prática profissional, por meio da sistematização acadêmica de um conhecimento que, por vezes, lhe sobrevém da própria ancestralidade. Mudam-se os espaços de opressão, entretanto, a curricularização do saber também não garante acesso igualitário à profissão pretendida.

## **METODOLOGIA:**

O estudo em questão baseou-se em relatos individuais, em questionários estruturados aplicados virtualmente e em revisão bibliográfica e histórica. O questionário foi disponibilizado às voluntárias pelo período de dezembro de 2020 a março de 2021, período ao longo do qual obteve-se a participação de 67 mulheres graduandas. Partindo de um interesse de pesquisa quantitativo e qualitativo, a análise ponderou dados como identificação de gênero, idade, escolaridade, renda, percepções sobre o curso, concordância ou discordância como o movimento feminista, áreas de interesse e de atuação nas ciências agrárias e maior ou menos conhecimento acerca das noções de “discriminação de gênero” e de “divisão sexual do trabalho”.

O questionário contava com 15 perguntas:

- 1) Você se considera:
  - a) Mulher cis
  - b) Mulher trans
- 2) Você cursa:
  - a) Medicina Veterinária
  - b) Zootecnia
  - c) Agronomia
- 3) Qual é a sua idade?
  - a) Entre 18 e 29 anos
  - b) Entre 30 e 39 anos
  - c) Entre 40 e 49 anos
  - d) 50 anos ou mais
- 4) Com relação aos aspectos de estudo e trabalho, responda a seguir, sem considerar eventuais bolsas recebidas como vínculos empregatícios. Você é uma pessoa que:
  - a) Estuda e trabalha com dedicação exclusiva
  - b) Trabalha em dedicação exclusiva
  - c) Trabalha informalmente e estuda
  - d) Trabalha formalmente com remuneração e estuda
  - e) Trabalha formalmente sem remuneração e estuda
- 5) Quem provê o seu sustento é:
  - a) Exclusivamente você
  - b) Você e outra mulher
  - c) Você e outro homem
  - d) Você e outros homens e mulheres
  - e) Exclusivamente outros homens e mulheres
  - f) Exclusivamente outro homem
  - g) Exclusivamente outra mulher
- 6) De acordo com o que você observa no dia a dia, em seu curso, há mais homens ou mais mulheres?
  - a) Homens
  - b) Mulheres
  - c) Meio a meio

- d) Não consigo estimar
- 7) De acordo com o que você observa no dia a dia, em seu trabalho, há mais homens ou mais mulheres?
  - a) Homens
  - b) Mulheres
  - c) Meio a meio
  - d) Não consigo estimar
  - e) Não trabalho
- 8) Leia a afirmação a seguir e manifeste seu grau de concordância em relação a ela: “existe trabalho de homem e existe trabalho de mulher”
  - a) Concordo completamente
  - b) Concordo
  - c) Não concordo nem discordo
  - d) Discordo
  - e) Discordo completamente
- 9) Você conhece alguma vertente do movimento feminista?
  - a) Conheço e apoio
  - b) Conheço e não apoio
  - c) Conheço e não tenho uma opinião formada
  - d) Não conheço
- 10) Você sofreu discriminação por ser mulher, durante o estágio curricular ou durante alguma outra atividade acadêmica, por parte de colegas de curso, professores, servidores do campus ou supervisores de estágio?
  - a) Sim, durante o estágio curricular
  - b) Sim, durante atividades acadêmicas da graduação
  - c) Sim, durante situações cotidianas de convívio no campus
  - d) Nunca sofri discriminação por ser mulher nestas situações
- 11) Em relação à sua família, você já sofreu discriminação por ser mulher, quando escolheu o seu curso superior?
  - a) Sim, por parte de homens da família
  - b) Sim, por parte de mulheres da família
  - c) Sim, por parte de homens e mulheres da família
  - d) Não sofri discriminação por parte de minha família durante este processo de escolha
- 12) Se você trabalha no campo, frequentemente ou eventualmente, assinale quais são as três atividades mais comuns às quais você se dedica
- 13) O que é discriminação de gênero para você?
- 14) Deseja fazer algum comentário ou propor alguma sugestão?
- 15) Deseja relatar alguma experiência vivenciada por você que tenha considerado machista e que tenha prejudicado o desenvolvimento de seu curso ou de sua profissão?

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES:**

Destas 67 mulheres, 64 se identificam como cis gênero (95,5%), 1 mulher se identifica como transgênero (1,5%) e 2 (3%) se identificaram adicionando a categoria “mulher”. Em relação ao curso de graduação, 37 (55,2%) cursam medicina veterinária, 21 (31,3%) cursam agronomia e 9 (13,4%) cursam zootecnia, sendo 95,2% com a faixa etária entre 18 e 29 anos. Sobre vínculo empregatício, 42 (62,7%) estuda em dedicação exclusiva, 9 (13,4%) trabalha formalmente com remuneração e estuda, 6 (9%) trabalham informalmente com remuneração e estuda, 6 (9%) trabalha informalmente sem remuneração e estuda. No sustento, 24 (34,3%) são sustentadas exclusivamente por outros homens e mulheres, 12 (17,9%) se

sustentam e contam com a ajuda de outros homens e mulheres, 11 (16,4%) são sustentadas exclusivamente por outras mulheres e 9 (13,4%) se sustentam sozinhas. Sobre o cotidiano, 32 (47,8%) mulheres disseram que havia mais mulheres em seu curso, mas, em seus trabalhos, há uma maior quantidade de homens (53,7%) que mulheres. Nas áreas de trabalho, a bovinocultura de leite (38,8%) e a bovinocultura de corte (20,9%) foram as atividades mais comuns, seguidas de clínica médica de grandes animais (19,4%), clínica médica de pequenos animais (11,9%), manejo de máquinas agrícolas (10,4%), produção de gêneros alimentícios para consumo (9%), avicultura (7,5%) e suinocultura (3%).

Para os dados relacionados ao movimento feminista, 42 (62,7%) disseram que discordam totalmente da frase “existe trabalho de homem e existe trabalho de mulher”, 17 (25,4%) discordavam, 5 (7,5%) não discorda e nem concorda e 3 (4,5%) concorda com a frase. Para a pergunta “Você conhece alguma vertente do movimento feminista?” 36 (53,7%) afirmaram que conhecem e apoiam, 17 (25,4%) não conhece, 11 (16,4%) conhece e não tem uma opinião formada e 3 (4,5%) conhece e não apoia. Em relação a discriminação de gênero, 41 (61,2%) mulheres sofreram discriminação em situações do cotidiano, 25 (37,3%) em atividades durante a graduação, 21 (31,3%) durante o estágio curricular e 15 (22,4%) nunca tinha sofrido. Na escolha do curso em relação a família, 39 (58,2%) não sofreu discriminação.

A falta de acesso ao conhecimento em estudos de gênero, por meio da inexistência de uma política institucional de educação para a diversidade, repercute na manutenção de uma máquina estrutural que dificilmente interromperá suas engrenagens. Em *campus* onde as ciências agrárias são mais difundidas, escamoteia-se o acesso a este tipo de conhecimento, de modo a evitar que o *status quo* machista seja questionado. Fiúza et al. (2008, p. 2614) apontam a existência de um “círculo vicioso cultural-institucional, que pode ser evidenciado na manutenção das desigualdades de acesso da mulher aos conhecimentos científico-tecnológicos voltados para o meio rural”.

## **CONCLUSÕES:**

Com base no levantamento realizado, foi possível observar que o espaço escolar, embora constitua-se como ambiente propagador de saberes e práticas e embora preze, teoricamente, pelo acesso democrático aos meios de ascensão social por meio da formação acadêmica, ainda carece de um aparelhamento sistemático que melhor alicerce a presença da mulher, enquanto sujeito formador e fruidor de conhecimento.

A discriminação de gênero e a divisão sexual do trabalho, quando observadas em contextos de prevalência das Ciências Agrárias, permanecem impactando negativamente a atuação de mulheres no campo.

Por vezes, identifica-se nos depoimentos dos sujeitos de pesquisa um desejo de se sobrepor à hierarquia sexista, embora em igual medida lhes falte o aparato discursivo necessário para questionar tais estruturas, tendo que, ao mesmo tempo, constituir-se enquanto identidade em formação, posto que o ambiente formador, por si, também se encontra carente de esclarecimento.

Ao compreendermos a dupla necessidade destas demandas, é possível que se pense em perspectivas futuras de enfrentamento e ação.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BORIS, Eileen. *Produção e reprodução, casa e trabalho*. In: Tempo social: revista de sociologia da USP. v. 26. v. 1. São Paulo, 2014. p. 101-121.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; PINTO, Neide Maria de Almeida; GALINARI, Tiago Nogueira; MOREIRA DE BARROS, Vanessa Aparecida. *Difusão de tecnologia e sexismo nas Ciências Agrárias*. In: Ciência Rural. v. 39, n. 9. Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 5. Ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GAUCHE, Susana; VERDINELLI, Miguel Angel; SILVEIRA, Amelia. *Composição das equipes de gestão nas universidades públicas brasileiras: segregação de gênero horizontal e/ou vertical e presença de homosociabilidade*. VI Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Brasília, DF, 3-5 nov. 2013.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Novas configurações da divisão sexual do trabalho*. In: Cadernos de Pesquisa. v. 37. n. 132, 2007. p. 595-609.

hooks, bell. *Teoria feminista da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

VIEIRA JÚNIOR, Itamar. *Torto arado*. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.